

PDL 38/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Decreto Legislativo objetiva conceder a homenagem "Salva de Prata "a UNIFESP/EPM (Universidade Federal de São Paulo/ Escola Paulista de Medicina) pelos 75 anos de fundação.

O projeto de Lei encontra amparo no artigo 14, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que outorga competência privativa à Câmara Municipal de São Paulo em conceder honrarias às pessoas ou entidades que reconhecidamente tenha prestado serviço ao Município.

A Escola Paulista de Medicina (EPM), criada em 1933 por um grupo de médicos idealistas, reunidos em uma sociedade sem fins lucrativos, foi federalizada em 1956 e, em 1994, transformada em Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), primeira universidade especializada do país, como consequência da qualidade de seu ensino de graduação, do extraordinário crescimento do ensino de pós-graduação e pesquisa, pela abrangência da assistência à saúde da população: da atenção primária à de alta complexidade.

A Escola, que possuía um único prédio no início de suas atividades, inaugurou em 1940 o Hospital São Paulo, primeiro hospital escola do país, e hoje seu campus na capital – um dos cinco atuais – ocupa 251 propriedades, com 138 mil m² de área construída, ministrando 19 cursos de graduação para um total de 4.232 alunos.

A UNIFESP foi a primeira universidade paulista a implantar sistema de cotas (acréscimo de 10% no total de vagas originalmente disponíveis) para indígenas e afrodescendentes, desde que tenham cursado o Ensino Médio em escola pública.

Dos 16.018 alunos da instituição, 2.485 frequentam os cursos de graduação, 9.041 a pós-graduação lato sensu e 4.492 dividem-se nos programas de pós stricto sensu, Mestrado, Doutorado e residência médica (números referentes a dezembro de 2007).

A UNIFESP tem na qualidade e quantidade da produção científica sua marca registrada. Em termos absolutos – e contabilizando apenas seus cinco cursos tradicionais de saúde – é a sétima universidade brasileira com mais trabalhos publicados (725 artigos em 2006) em revistas de prestígio. Considerando o número de cursos oferecidos e o de docentes, sua posição no ranking oscila entre o 2º e o 3º lugar. Só a área de Medicina teve um crescimento de 329% na última década.



As atividades de extensão, aproximando a Universidade e a população, igualmente merecem destaque, em mais de 50 projetos como Xingu, Cananéia e UATI — que atendem, respectivamente, populações indígenas, comunidades de pescadores e cidadãos da terceira idade.

Em termos de assistência médica, a UNIFESP comanda o Hospital São Paulo – hospital-escola que é referência para uma região que congrega 29% da população paulistana, realizando cerca de 6 mil consultas e 5 mil exames por dia – e gerencia, por meio de convênios, o Hospital Geral de Pirajussara (Taboão da Serra), Hospital Estadual de Diadema, HC Luzia de Pinho Mello (Mogi das Cruzes), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence (S. José dos Campos), Hospital Municipal Vereador José Storopolli (Vila Maria – Capital) e o Núcleo Geral de Especialidades Maria Zélia (Belenzinho – Capital).

No campo da atenção à saúde, a instituição mantém, ainda, contratos de prestação de serviços com nove municípios, por meio do PSF (Programa Saúde da Família), além de convênios de cooperação técnica e administrativa com o Lar Escola São Francisco – tradicional instituição de apoio a pacientes com necessidades especiais – e com a Colsan, um dos mais importantes centros de coleta e tratamento de hemoderivados do Estado de São Paulo.

Justa a homenagem ora concedida à UNIFESP/EPM pelos serviços prestados ao Município, à classe médica, estudantil e à comunidade paulistana.

Durval Rosa BorgesMarcos da história da EPM/Unifesp

Selecionei alguns marcos que me parecem decisivos na historia da UNIFESP. Como toda seleção esta é incompleta e tem o viés do selecionador.

1.Fundação

Em 1 de junho de 1933 é publicado o manifesto de fundação da Escola Paulista de Medicina; a 26 de junho de 1933 é constituída a Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina, sob a liderança de Octavio de Carvalho. Lê-se no Manifesto:

Uma escola médica exige instalações hospitalares para o ensino das clínicas, e a criação de seu hospital não será menor serviço prestado a São Paulo pela nova Escola que, só por isso, faria jus ao maior carinho e ao melhor desvelo por parte da população paulista.

A premência desse dois problemas - o do ensino médico e o da assistência hospitalar – bastaria para justificar amplamente a presente iniciativa.

Criavam-se uma escola médica e seu hospital-escola. O que hoje parece óbvio não o era à época, tanto que o Hospital São Paulo foi o primeiro hospital-escola a ser construído no Brasil. Sua construção mudava o paradigma do ensino da medicina prevalente então, baseado em aulas magistrais. Ao mudar-se para a Vila Clementino a EPM teve no pavilhão Maria Thereza seu primeiro hospital, logo sucedido pelo Hospital São Paulo. Que se completa com a instalação do curso de Enfermagem. No dizer do poeta Guilherme de Almeida, na cerimônia do lançamento da estaca fundamental do Hospital São Paulo (1936): "Aí está, germinada e prosperada a semente; aí está, florescido o ideal; aí está, frutificado o empreendimento! Aí está a Escola Paulista de Medicina. A árvore boa, em boa hora, sob um bom signo, numa boa terra e por boas mãos plantada".

Se no primeiro momento a atenção foi voltada para o ensino profissionalizante e a assistência médica, a pesquisa e a consequente ampliação de horizontes vieram a seguir.

2. Pampulha

O hoje denominado Edifício José Leal Prado era carinhosamente apelidado de Pampulha, por ter sido iniciativa de mineiros e abrigar a, até hoje, única manifestação artística no campus, o painel denominado "Introdução Pictórica à Medicina Experimental". Com dez anos de idade a EPM já recebera os médicos mineiros José Ribeiro do Valle e José Leal Prado para ensinar farmacologia e bioquímica, respectivamente. Se os professores da área profissional aliavam ao ensino a prática médica de excelência, professores das áreas básicas completavam sua atividade didática com a de pesquisa. Em breve os rumos iam fundir-se. A organização do Laboratório de Farmacologia e

Bioquímica foi iniciada em dezembro de 1947, com a instalação de pequeno laboratório de dosagens hormonais, anexo à Farmácia do Hospital São Paulo. No período de cinco anos, de 1948 a 1953, o Laboratório se desenvolveu a ponto de exigir instalações próprias e independentes. Com a organização do Departamento de Clínica Médica da Escola Paulista de Medicina passou o Laboratório a fazer parte do Serviço de Endocrinologia e Nutrição. Suas atividades nuclearam o primeiro grupo de pesquisa da EPM, integrando áreas básicas e clínicas. Em 1956 o Laboratório de Farmacologia e Bioquímica instalou-se em edificio próprio, o Edificio José Leal Prado.

O Laboratório de Farmacologia e Bioquímica, berço da pesquisa nesta Casa, produziu como frutos os departamentos de Bioquímica, de Farmacologia, de Biofísica e de Psicobiologia.

3. Departamento de Medicina

Sua criação em 1951, por iniciativa de Jairo Ramos, representou o início do fim do regime de cátedras. Fato ímpar e marcante, pois apenas em 1965 uma lei federal instituiria o sistema departamental na universidade brasileira. A proposta inicial de criação do Departamento vinha de 1949; o processo levou dois anos para amadurecer.

Em 1949 na reunião de março a Congregação da EPM analisou documento no qual Jairo Ramos considerava que "havia chegado o momento oportuno para a Escola Paulista de Medicina resolver sobre se havia ou não conveniência da criação de seus Departamentos, iniciando pela Clínica Médica". Para entendermos porque foram necessários 2 anos para sua implantação basta lembrar que o então Diretor do Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação aconselhava que a Escola Paulista de Medicina estudasse muito bem o assunto em apreço, principalmente com referencia ao futuro, pois, "o que se pretendia era uma inovação no ensino médico, e traria conseqüências que deveriam ser bem ponderadas". O Departamento criado substituiu cátedras, criou 6 disciplinas (Cardiologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Hematologia, Pneumologia e Propedêutica Médica), ficou sob a chefia de um professor titular e foi regido por um conselho. Em instituição de caráter ainda privado, reformulava-se o projeto pedagógico e mudavam-se "as regras do jogo universitário".

4. Federalização

Foi iniciativa polêmica a da federalização da EPM. Basta lembrar que foi aprovada pela Congregação por 14 votos a favor e 13 contra. A 21 janeiro de 1956 a Lei 2.712 federaliza a EPM, mas não o HSP, nosso hospital universitário. O artigo 2° em seu § único da lei estabeleceu, porém que "para o ensino das clínicas da Escola Paulista de Medicina, a entidade mantenedora do Hospital São Paulo assegurará, mediante cláusula na escritura referida neste artigo, a utilização de suas enfermarias gerais, instalações e equipamentos, independente de qualquer indenização". Este modelo único no país revelou-se em nossa caminhada sempre útil e às vezes salvador. Em 21 de

junho de 1960 a Sociedade Civil Escola Paulista de Medicina passou a denominar-se Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, sempre de caráter privado e sem fins lucrativos.

5. Biomédico

Em 1966 foi criado o curso biomédico, embrião da Unifesp. José Leal Prado, no documento denominado "Sobre o curso de graduação, mestrado e doutoramento em ciências biomédicas da Escola Paulista de Medicina" em seu último parágrafo registra: Em anos recentes foi feita uma tentativa malograda de fundar-se em São Paulo Universidade Federal. Entretanto, uma instituição como a Escola Paulista de Medicina sente-se limitada dentro da estrutura de um instituto isolado de ensino superior. A criação do curso de ciências biomédicas tornará mais amplo seu campo de atividade cultural e mais importante sua contribuição social. Se tivermos êxito nesta iniciativa, estaremos armazenando uma experiência valiosa ao mesmo tempo que teremos maiores possibilidades para fazer uma segunda tentativa no caminho da Universidade Federal. Somente o futuro ditará a melhor conduta a seguir.

6. UNIFESP

Em 15 dezembro de 1994 a Lei 8.957 transforma a EPM em Universidade Federal de São Paulo. A lei, entretanto não previu aumento no quadro pessoal nem no orçamento da agora Unifesp. A SPDM apoiou a implantação da universidade. Ganhamos autonomia acadêmica, passamos a reconhecer nossos diplomas e realizamos nosso próprio exame vestibular.

A Unifesp tem características únicas: é universidade temática (universidade da saúde) e suas unidades são os departamentos acadêmicos. Os programas de ensino, de pesquisa e de extensão dos departamentos acadêmicos da Unifesp são coordenados por pro-reitorias específicas. Esta estrutura móvel é potencialmente de grande eficiência e aberta a iniciativas criadoras. Um bom exemplo do uso desta estrutura multiarticulada é o desenvolvimento do currículo nuclear no curso de medicina.

7. Expansão

A partir de 2005 a UNIFESP iniciou processo de expansão criando novos campi e novas áreas de atuação. Deixou de ser universidade temática para ser universidade de pesquisa com ampla gama de cursos de graduação não apenas na área da saúde, mas também nas áreas de ciências exatas e humanas.

8. Fundação de Apoio

Para manter a excelência da instituição em pesquisa, e conseqüentemente no ensino, sempre foi preciso enfrentar o problema do financiamento, tanto privado (mensalidade paga pelos alunos no período de 1933 a 1956) como público (dotação orçamentária a partir de 1956). Com o crescimento da EPM e do HSP o problema acentuou-se e criaram-se ao longo dos anos, a partir de departamentos acadêmicos, instituições ditas suplementares, com personalidade jurídica própria e

que passaram a captar recursos, tanto privados como públicos. Simultaneamente à criação da UNIFESP (lei 8.957/94) é editada a lei 8.958/94 ("a lei seguinte") que estipulou que "as instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado sem fins lucrativos". Com exceção da Fundação Oswaldo Ramos (de apoio à Disciplina de Nefrologia) as demais instituições chamadas de suplementares e criadas pelos departamentos não atendiam a esta lei, pois estavam constituídas na forma de associações e não de fundações. Em maio de 2003 o Tribunal de Contas da União determinou que a UNIFESP cumprisse a lei, regularizando seus órgãos suplementares. Após dois anos de tratativas, em maio de 2005, trinta e um destes órgãos suplementares instituíram a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo (Fap-Unifesp), de direito privado e sem finalidade econômica. A Fap-Unifesp foi a seguir reconhecida pelo Conselho Universitário e credenciada pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia como fundação de apoio à UNIFESP.

9. Modelo UNIFESP

O modelo Unifesp é o de uma universidade publica apoiada por entidades de direito privado sem finalidade econômica. De um lado uma associação mantenedora do hospital-escola e de outro lado uma fundação com o objetivo de apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Durante décadas a SPDM apoiou iniciativas acadêmicas da EPM. Mas com a expansão de um lado da SPDM (que alem do HSP desenvolve atividades de assistência à saúde em outros ambientes hospitalares ou ambulatoriais) e de outro lado da UNIFESP, aquela não tinha mais condições, nem razões, para apoiar todas as atividades desta. Assim sendo a Fundação deve assumir o apoio a atividades e iniciativas da UNIFESP, excluídos os serviços de assistência à saúde, que continuam sendo competência da SPDM.